



**O IPHAN E O HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS:
arquivamento do processo de tombamento e retrocesso no
reconhecimento do patrimônio moderno**

**EL IPHAN Y EL HOTEL INTERNACIONAL REIS MAGOS: archivo
del pedido de protección y retroceso en los procesos de reconocimiento
del patrimonio moderno**

**IPHAN AND THE REIS MAGOS INTERNATIONAL HOTEL: the
rejected request for heritage listing and the setbacks in the recognition
of modern patrimony**

**NATÁLIA MIRANDA VIEIRA-DE-ARAÚJO (1); JOSÉ CLEWTON DO
NASCIMENTO (2); GEORGE ALEXANDRE FERREIRA DANTAS (3)**

1. Doutora em Desenvolvimento Urbano (2007). Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo / UFPE.
Rua Edson Álvares, 115, Apto 401, Casa Forte, Recife - PE, CEP: 52.061-450.
viera.m.natalia@gmail.com
orcid.org/0000-0002-4756-9822
2. Doutor, PPGAU-UFBA (2008), Departamento de Arquitetura / UFRN
Rua Dom José Tomaz, 1126, Apto 1503, Tirol, Natal/RN
jclewton@hotmail.com
orcid.org/0000-0002-9723-9207
3. Doutor em História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP (2009), Departamento de
Arquitetura / UFRN.
Rua Walter Duarte Pereira, 1624, Capim Macio, Natal-RN, CEP 59082-470
georgeafdantas@ct.ufrn.br
orcid.org/ 0000-0002-8352-7590

RESUMO

O presente artigo discute o parecer de indeferimento elaborado pelo Departamento de Patrimônio Material (DEPAM/ IPHAN) em resposta à solicitação de tombamento federal do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM). Apesar de apontar para a consistência e o cuidado do Estudo de Tombamento, o parecer abre questionamentos sobre a “representatividade nacional” do bem em questão. O “caráter excepcional” é uma prerrogativa que tem sido cada vez menos evidenciada como determinante nos processos relativos ao patrimônio. O próprio IPHAN, nos últimos anos, tem se aberto à ampliação do conceito. Como



delimitado desde a Carta de Veneza (1964), a preservação deve considerar a significação cultural que as obras adquirem ao longo do tempo. Se, como apontam diversos estudos, o HIRM é não apenas um dos exemplares mais significativos do modernismo em Natal e no Nordeste, mas, sim, um marco cultural importante para a cidade entre os anos 1960 e 1990 e, ainda hoje, referência na paisagem urbana, nos interessa indagar: será este o capítulo derradeiro de uma novela que envolveu diversos segmentos da sociedade natalense em prol da preservação e reusos do bem? Que chance o IPHAN deixa passar pelas suas mãos ao não encampar um reconhecimento mais amplo do patrimônio moderno brasileiro?

Palavras-chave: preservação; tombamento; significação cultural; modernismo

RESUMEN

Esta ponencia propone discutir el parecer formal, elaborado por el Departamento de Patrimonio Material (DEPAM/IPHAN), que ha denegado la solicitud de “*tombamento*” (protección especial legal) en nivel federal del Hotel Internacional Reis Magos (HIRM). Sin embargo, y a pesar de registrar la consistencia y el cuidado de los estudios que fundamentan la solicitud, el parecer del DEPAM cuestiona la dicha “representatividad nacional” de la arquitectura y de los valores culturales y históricos del HIRM. El “carácter excepcional” es una prerrogativa que ha sido cada vez menos utilizada como determinante en los procesos relativos al patrimonio, a la posibilidad de reconocer los valores de un bien material o inmaterial. El propio IPHAN en los últimos años ha trabajado con una noción más amplia del concepto de patrimonio. Cómo delimitado desde la Carta de Venecia (1964), la preservación debe de considerar la significación cultural que los bienes adquieren a lo largo del tiempo. Si es verdad que, como defienden muchas investigaciones y análisis, el HIRM es todavía uno de los ejemplares más significativos de la arquitectura racionalista en Natal y en Nordeste. Además, fue un marco cultural importante para la ciudad entre los años 1960 y 1990 e aún hoy es una referencia en el paisaje. Así, debemos indagar: ¿ese sería el capítulo último de una novela que ha involucrado diversos segmentos de la sociedad natalense en favor de la preservación y reutilización del bien? y, más bien, ¿qué posibilidades el IPHAN cierra al dejar de encaminar un reconocimiento más amplio del patrimonio modernista brasileño?

Palabras clave: preservación; protección del patrimonio; significados culturales; modernismo

ABSTRACT

This article discusses the Opinion delivered by Brazil’s Institute of Historical and Artistic Patrimony (IPHAN) to reject the application for Hotel Internacional Reis Magos (HIRM)’s protection through federal heritage listing. In spite of highlighting the consistency and carefulness of the Listing Study, IPHAN’s Opinion raises questions about the “national representativity” of the building. “Exceptional nature” is a trait whose importance has been increasingly overlooked at heritage-related processes. In recent years, IPHAN itself has accepted the widening of the concept. As stated by 1964’s Venice Charter, preservation must take into account the cultural meaning acquired by the goods over the course of time. If, as several studies point out, HIRM is not only one of the most representative examples of Modernism in Natal and the Northeast of Brazil, but also an important cultural landmark for the city from the 1960’s to the 1990s and still today reference for the urban landscape, it is interesting to ask: is this the final chapter of a story that involved several segments of Natal’s society in defense of the good’s preservation and reutilization? Which opportunities does IPHAN let slip through its fingers when it does not embrace a wider knowledge of Brazil’s modernist heritage?

Keywords: preservation; heritage listing; cultural meaning; modernism.



Sobre os fragmentos de um debate

Há inegavelmente várias escalas e esferas de discussão relacionados ao tema da preservação, requalificação ou demolição do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM). Em especial, a possibilidade de tombamento e suas repercussões e consequências exacerbam ainda mais os conflitos, os equívocos, confusões e eventuais diferenças de entendimento, quer propositais ou não.

Depois de praticamente vinte anos de abandono e alguns anúncios esporádicos sobre propostas de reabertura do HIRM, em fins de 2013 o Grupo Hotéis Pernambuco divulga, por meio da imprensa local, a sua intenção de demolição do edifício para substituição por uma galeria comercial. É partir deste momento que se verificará a construção de um intenso debate acerca dos rumos a serem tomados para o futuro do HIRM e da área onde este se insere. Com momentos de maior efervescência e momentos mais silenciosos, hoje a discussão acumula uma série de abordagens e contribuições que se complementam.

Entre estas contribuições ao debate, gostaríamos de destacar os vários artigos produzidos por professores do Departamento de Arquitetura da UFRN (DANTAS et all, 2016; DANTAS et all, 2016b; NASCIMENTO et all, 2016; TRIGUEIRO et all, 2014) e também por alunos do PPGAU e PPEUR/UFRN (ASSIS e FERREIRA, 2016; COSTA et all, 2016; GALINDO, 2015; OLIVEIRA e LIBERALINO, 2014), com abordagens variadas ora tratando dos argumentos levantados pelas peças dos processos judiciais sobre o caso, ora discutindo as possibilidades de aplicação de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade como caminho para viabilizar a preservação do HIRM, ora buscando a compreensão do HIRM como parte da construção da paisagem daquela região e até mesmo procurando identificar as diversas falas da comunidade e como estas se reconhecem (ou não) no debate que se desenvolve.



Além desses artigos, destacamos também a dissertação produzida por Monique Graziella de Medeiros Ribeiro Maia, intitulada *Hotel Internacional dos Reis Magos: Quais os obstáculos à sua Conservação?*, que nasce das inquietações da autora após ter participado de parte deste debate ao trabalhar no IPHAN-RN como consultora (Cooperação Técnica Internacional IPHAN/UNESCO) para acompanhamento de obras do PAC Cidades Históricas, de 2013 a 2014.¹

A partir do debate acumulado, este artigo se estrutura em torno de uma série de comentários que irão sendo pontuados no sentido de atualizar a situação do debate, do processo, e, mais importante, das noções de patrimônio e gestão mobilizadas.

O ponto de partida da discussão que aqui será desenvolvida é o parecer do IPHAN que pretendia arquivar o processo de tombamento do HIRM a partir do parecer negativo emitido em fevereiro de 2017 (DEPAM/IPHAN, 2017). Felizmente, o Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte (IAPHACC) conseguiu reverter esse arquivamento por meio de um pedido de reconsideração, fazendo com que o parecer retornasse para re-análise, podendo ser revisto ou referendado pela Câmara Especializada de Arquitetura do IPHAN. Esta decisão deve acontecer ainda no ano de 2018. Sendo este um passo decisivo para os rumos que serão tomados pelo HIRM.

Desta forma, o artigo está dividido em “seções”, em que serão tratados pontos que consideramos fundamentais para o entendimento do HIRM como bem representativo no âmbito da produção da arquitetura modernista brasileira, bem como a necessidade de se discutir os desafios de sua preservação a partir do contexto - social, econômico e cultural - que este está inserido. Trataremos essas questões a partir da seguinte estruturação: O HIRM como equipamento vinculado estrutura turística moderna para o

¹ Este trabalho foi orientado pela professora Nelci Tinem (PPGAU-UFPB) e co-orientado pela professora Natália Miranda Vieira-de-Araújo (MDU-UFPE e PPGAU-UFRN), co-autora deste artigo.



Nordeste e Brasil; O HIRM como bem representativo da produção média da arquitetura moderna brasileira, considerada como de alta qualificação; e os desafios do tombamento e a gestão do patrimônio à luz do caso HIRM. Em cada uma dessas seções, procuraremos levantar questionamentos sobre considerações, ao nosso ver, equivocadas ou mesmo simplistas, realizadas no parecer do IPHAN emitido em fevereiro de 2017 que entende que o processo de tombamento do HIRM deveria ser arquivado (DEPAM/IPHAN, 2017).

[seção 1] A constituição de uma rede hoteleira no contexto do “Brasil Grande”: O HIRM como equipamento vinculado à estrutura turística moderna para o Nordeste e Brasil

Partimos do princípio de que a importância histórica do HIRM não está contida apenas em sua construção *per se*, nem tão somente na constatação da implantação de uma rede hoteleira em cidades fora do eixo definido por cidades já consolidadas no âmbito desenvolvimentista (eixo sul-sudeste). Notadamente, esses aspectos fazem parte do contexto, que deve ser abordado em uma escala mais ampla, relacionada a um ideário notabilizado a partir do período pós-guerra, que já encontra indício a partir de Juscelino Kubitschek, cujo governo primou por planos e propostas que visaram a modernização do país, tendo em vista a aceleração e desenvolvimento econômico, considerando a necessidade de “expansão dos serviços básicos de energia e transportes, industrialização de base, racionalização da agricultura e planejamento regional e urbano (KUBITSCHKEK, 1955, in MAIA, 2018).

Nesse âmbito, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, foi um fator importante para abrir a possibilidade de estados do Nordeste captarem recursos públicos federais para investir na melhoria de infraestruturas (estradas, aeroporto, hotéis, na instalação da rede elétrica e telefônica) e dessa forma entrarem de forma direta neste processo de cunho modernizante.



Em se tratando do assunto “rede hoteleira”, é de se salientar que durante este período, pode-se observar ações reivindicatórias partindo das empresas aéreas que fizeram rotas para Natal, direcionadas ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando a melhoria da infraestrutura de aeroportos e hotéis instalados para fins militares, reivindicações estas que geraram providências a evitar que grandes companhias de aviação se retirassem da capital potiguar. (TRIGUEIRO et al., 2014 apud MAIA, 2018)

Ainda sobre o assunto, Monique Maia (2018) observa que é neste período,

(...) quando foram construídos aeroportos e disponibilizados recursos de infraestrutura de apoio aos voos, além de recursos humanos com técnicos bem treinados e qualificados, que a Viação Aérea Rio-Grandense (rebatizada de Varig) – que obteve concessão para explorar os serviços aéreos brasileiros ainda em 1927 – viu uma oportunidade para iniciar sua expansão para o norte e nordeste brasileiro (MAIA, 2018, p. 54).

Desta forma, podemos identificar a forte relação do ideário de integração, modernização e desenvolvimento nacional evidenciado pelos projetos governamentais à época - a política do “Brasil Grande” - com as estratégias capitaneadas pela Varig, no sentido de consolidar a atividade hoteleira em determinadas localidades do país.

Paiva (2014) identifica que este período é marcado por ações governamentais que primaram por estabelecer incentivos financeiros e fiscais direcionados para o turismo, através da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR. Uma das ações consistiu no credenciamento da Companhia Tropical de Hotéis a receber investimentos fiscais para a construção de Hotéis, conforme o “Decreto 62.006 de 1967 – que regulamenta os incentivos ao turismo” (PAIVA, 2014, p. 2), fato que é materializado, ao longo da década de 1960 e 1970, período em que a Companhia Tropical de Hotéis, subsidiária da Varig, cumpriu um papel importante na consolidação da empresa aérea, “uma vez que construía meios de hospedagens para abrigar a tripulação da empresa em serviço, em lugares estratégicos e longínquos, criando hotéis que eram também atrativos em si” (PAIVA, 2014, p. 2).



A atuação da Companhia Tropical de Hotéis no âmbito desta consolidação se deu sob duas formas: 1; arrendamento de hotéis já construídos; 2. contratação de projetos e construção de hotéis em diversas cidades do Brasil, ampliando o raio de atuação do setor aviário privado no país. No primeiro caso, temos como exemplos o Hotel da Bahia (1952) em Salvador, e o Hotel Internacional dos Reis Magos em Natal (início da construção em 1962, e inauguração em 1965); no segundo, estão: o Tropical Hotel Tambaú em João Pessoa/PB (1970), o Tropical Hotel de Santarém, no oeste do Pará (1973), bem como também propostas arquitetônicas para o Tropical Hotel de Manaus (1963/1970) e para o Hotel Tropical de Recife, que não foram executados.

Um dos pontos em comum a esses dois grupos, é o fato de que todos os edifícios apresentam feições notadamente modernistas e foram projetados por arquitetos de formação moderna, manifestada durante a trajetória profissional destes arquitetos². (PAIVA, 2014). (Figura 1)

² O Hotel da Bahia em Salvador é de autoria de Diógenes Rebouças e Paulo Antunes; o projeto do Hotel Internacional Reis Magos, em Natal, foi elaborado pelos arquitetos pernambucanos Waldecy Pinto, Antônio Didier e Renato Torres; O Tropical Hotel Tambaú foi projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes, que também é o autor das propostas do Tropical Hotel de Manaus e do Hotel Tropical de Recife (não executados); o Tropical Hotel de Santarém é projeto de Arnaldo Furquim Paoliello.

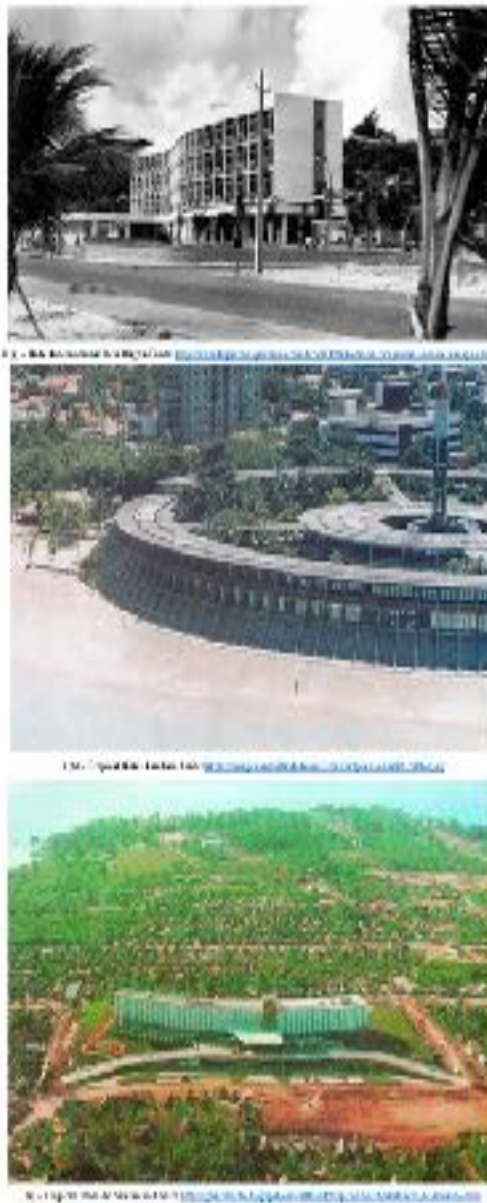


Figura 1 - Exemplos de hotéis construídos nas décadas de 1960/1970 no Brasil. Em comum, a linguagem modernista dos edifícios.

O Hotel Internacional Reis Magos, portanto, se insere como bem representativo deste conjunto, como pode bem afirmar Maia (2018):

Embora o projeto do Hotel Internacional dos Reis Magos, de 1962, tenha sido uma resposta às exigências das empresas aéreas e sua construção, em 1965, tenha sido financiada com recursos federais, **sua arquitetura e arrojo construtivo acompanhava o padrão dos hotéis administrados pela Companhia Tropical de Hoteis, que era a empresa subsidiária da Varig, responsável pela administração dos hotéis da companhia aérea**, e que administrou o Hotel Internacional dos Reis Magos de 1980 a 1995. (MAIA, 2018, p. 56/57) Grifo nosso.



Neste sentido, reafirmamos o valor do edifício sob ponto de vista histórico, valor este vinculado ao reconhecimento que este bem é parte integrante de um conjunto de hotéis construídos em um período marcado por ações governamentais no âmbito federal que primaram pelo incentivo à expansão da atividade hoteleira no país, vinculado ao ideário do “Brasil Grande”. Salientamos que a expressão “Brasil Grande” costuma se referir às grandes obras de infraestrutura, mas pressupõe também a arquitetura para a construção/suporte das redes da modernização/centralização estatal e também para fomento da iniciativa privada. Salientamos também que a construção do HIRM foi um aspecto importante para a decisão tomada para a instalação de alguns equipamentos/infraestruturas nacionais importantes, com é o caso do complexo da Barreira do Inferno (BENTES, 2001).

Além do mais, reforçamos o aspecto evidenciado por Bentes e Veloso (2002), em que a arquitetura hoteleira desempenha papel fundamental na transformação da paisagem urbana das cidades vinculadas à atividade turística, como é o caso de Natal, voltadas essencialmente para o turismo, como é o caso de Natal, aspecto analisado em diversas publicações que discutem o assunto (NASCIMENTO et al, 2016; IPHAN/RN, 2017; MAIA, 2018). (Figura 2).



Figura 2 - O Hotel Internacional Reis Magos como elemento desencadeador do processo de transformação da paisagem da Praia do Meio, em Natal.

Fonte: <http://www.lugaresesquecidos.com.br/2014/02/hotel-internacional-dos-reis-magos.html>.

O despacho do IPHAN Nacional, emitido em fevereiro de 2017, reconhece a qualidade da contextualização do valor do HIRM no âmbito brasileiro e nordestino da produção modernista, entretanto, contraditoriamente, conclui que o mesmo não possui valor nacional. Demonstrando uma visão limitada que já parecia haver sido superada nas práticas de um IPHAN.

Há que se mencionar que o património cultural prescinde uma seleção. Nem tudo que tem valor cultural tem necessariamente que ser tombado. E, ainda, nem tudo que pode ser preservado por meio do instrumento do tombamento precisa sê-lo no âmbito federal. E parece ser o caso do HIRM que, muito embora tenha sido muito bem contextualizado em cenário mais amplo do modernismo brasileiro e, do Nordeste em especial, está mais relacionado aos aspectos da urbanização da cidade de Natal e das motivações econômicas de incremento do turismo no Estado, resultando em valores regionais municipal e estadual (Despacho IPHAN, Fev. 2017).

O “caráter excepcional” como condição para elevar o bem ao status de tombamento é uma prerrogativa que tem sido cada vez menos evidenciada como elemento



determinante nos processos relativos à preservação do patrimônio. A perspectiva de possibilidade de ampliação do próprio conceito do que seja patrimônio passível de preservação já consta desde a Carta de Veneza, datada de maio de 1964, quando em seu artigo 1º afirma que:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estendem-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

As próprias ações do IPHAN demonstram o direcionamento que reforça esta nova perspectiva. Vale salientar que o Sítio Histórico de Natal/RN foi reconhecido como Patrimônio Nacional – ou seja, pelo próprio IPHAN – em 2010, não pelo fato de ser considerado de natureza excepcional, mas por representar na sua diversidade arquitetônica, uma situação em se pode atestar o processo de criação e transformação de um núcleo urbano brasileiro.

Por fim, como forma de articular a temática desta seção com a subsequente, nos reportaremos a uma afirmação de Paiva (2014), acerca do valor desta produção arquitetônica referente à tipologia hoteleira, reforçando mais uma vez o seu valor nacional, no contexto da arquitetura modernista brasileira:

É interessante notar a contribuição da arquitetura moderna brasileira à tipologia de hotéis, não exclusivamente as soluções consagradas nos grandes centros urbanos e nas regiões francamente mais desenvolvidas, mas também nos lugares marginais que, marcados por certas idiossincrasias, passaram a ser pretextos para expressar soluções distintas e representar a diversidade da arquitetura moderna brasileira. (PAIVA, 2014, p. 2-3)

Consideramos que o HIRM, enquanto exemplar da produção modernista hoteleira, enquadra-se neste âmbito. Trataremos do assunto na seção subsequente.



[seção 2] A produção média da arquitetura moderna brasileira e sua alta qualificação.

O que significa, hoje, discutir o atributo “nacional” no âmbito da historiografia da arte, da arquitetura e do urbanismo e, mais ainda, no que poderíamos chamar de sua “dimensão operativa”, i.e., os usos da história na legitimação e na tomada de posições projetuais, de políticas públicas e ou de gestão?

Além de ressoar visões “monumentalistas” em sua formulação, o parecer, ao mobilizar o tema do “valor nacional” como um dos argumentos centrais para negar a solicitação de tombamento do HIRM, evoca também, ainda que de maneira não intencional, certas leituras hagiográficas e homogeneizantes acerca da produção arquitetônica no Brasil que acreditávamos superadas em grande medida. Afinal, a própria noção do “nacional” se deu, por óbvio, em um contexto de disputas - de formação de novas centralidades econômicas e sociais ao longo do século XX, de deslocamentos de lógicas de poder e influência regionais, de construção dos sentidos da tradição e da legitimidade para contar uma determinada história (em detrimento ou em relação de hierarquia com outras histórias).

Reconhecer essa condição não implica desconsiderar as trajetórias dos chamados “grandes mestres” que fundamentam as hagiografias - inclusive, pelo papel decisivo que tais personagens teriam como “vetores” culturais, desbravando e alargando as possibilidades da produção modernista em suas múltiplas vertentes pelo contexto brasileiro diverso geográfica e culturalmente. Implica, sim, antes de mais nada, em desfazermos da armadilha historiográfica de confundir o tema do nacional com as obras dos profissionais que entraram e foram consagrados no panteão dos mestres reconhecidos do modernismo (ou de determinado modernismo).



Essa relação não é imediata, muito ao contrário. Basta lembrarmos da produção relevante de diversos profissionais, pouco conhecidos para além de pesquisas monográficas, que atuaram nos programas e projetos arquitetônicos e urbanísticos de alcance inegavelmente nacional de órgãos como os Institutos de Aposentadoria e Pensões e seus congêneres ou mesmo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Produção significativa do ponto de vista quantitativo e, em vários casos, qualitativo, conquanto de maneira geral fosse composta pelo que poderia ser caracterizado como “modesto” e não singular ou não monumental. Ainda assim, nacional, indubitavelmente.

Assim, caberia perguntar, em que momento certas obras chaves dos mestres, de localizadas e contextualizadas regionalmente, se tornaram “nacionais”? Essa adjetivação escapa ou apenas reforça certas tendências historiográficas de mitificação e ou homogeneização e, pior, não ajudam a explicar o fenômeno da grande e profunda disseminação da arquitetura modernista, em vários níveis de circulação e apropriação, pelo Brasil? Deixemos estas perguntas de lado, por ora.

Em meio às disputas de interpretação sobre os sentidos do moderno no Brasil - disputa que está relacionada também aos sentidos do que é centro e do que é periferia, do que é nacional e do que é regional, portanto -, é inegável que um dos pontos chaves que seria destacado, principalmente pelo “olhar estrangeiro”, seria a disseminação de uma produção de qualidade para além dos grandes mestres. Essa noção já presente na organização do catálogo da exposição “Brazil Builds”, em 1943, se consolidaria nos anos seguintes, como bem o demonstra o prefácio de Giedion ao livro de Mindlin.

É certo que o texto de introdução de Siegfried Giedion ao livro de Henrique Mindlin, “Modern Architecture in Brazil”, publicado em 1956, conquanto curto (1 página e meia), é ainda muito sugestivo - e tem sido muito discutido (cf. OLIVEIRA, 2005, e MARTINS, 1999, e.g.). A afirmação de que “há algo de irracional” no surgimento da



arquitetura brasileira tinha um tanto de retórica e um tanto de genuíno espanto eurocêntrico, é verdade. Ainda assim, servia para delinear uma questão central (reafirmando questões já colocadas por Goodwin mais de uma década antes): como poderia florescer arquitetura tão diversificada e de tanta qualidade num país ainda predominante agrário e pouco desenvolvido industrialmente? Como era possível “the wonder of Brazilian architecture (...) spreading like a tropical plant” (1956, p.ix)?

A metáfora da arquitetura que se espalha como uma planta tropical é sedutora e, de certo modo, enganosa: evoca o espanto do olhar estrangeiro imperialista com a exuberância e a miríade de cores dos trópicos. Uma exuberância que parece brotar por si, sem maiores planos, talvez, da ordem da natureza e não do racional (afinal, há algo de irracional, podemos lembrar). Giedion manipula certas representações antigas dos trópicos em poucas linhas, mas sua abertura do texto lembra outro fator fundamental (para explicar o porquê de países como o Brasil e Finlândia serem expoentes da arquitetura mais inovadora e de qualidade no contexto pós-Segunda Guerra): o papel dos bons clientes e, em especial, do poder público no fomento à experimentação e consolidação de uma nova linguagem formal e espacial.

Embora não tão contundente e um pouco anterior, a reflexão do alemão Walter Gropius, em “Um Vigoroso Movimento”, apontaria no mesmo sentido. Apesar de, certo modo, questionar também o encaminhamento que alguns arquitetos tomam no sentido de um formalismo que distancia a arquitetura da lógica da racionalização da produção, Gropius ressalta a importância dos brasileiros “desenvolveram uma arquitetura moderna com caráter próprio”, chamando atenção também para o fato de que “é grande o número de arquitetos genuinamente capacitados para responder aos desafios. Concluindo, o arquiteto afirma que esta produção não se trata de uma moda passageira, mas sim de “um vigoroso movimento” (XAVIER et al, 2003, p. 154).



O alcance de um determinado padrão construtivo que se mantém em todas as regiões; Os arquitetos brasileiros “*sabem como evitar a rigidez, um perigo do qual não escapam alguns outros países do hemisfério*” (in MINDLIN, 1956, p.ix, tradução nossa): a relação com a tradição (proteção do interior das construções do calor): painéis exteriores vazados, cobogós, azulejos, brise-soleil; a habilidade dos arquitetos de organizar espaços internos.

De maneira geral, diversos autores e textos ressaltariam as adaptações operadas pela produção modernista no Brasil (Cf. TINEM,). Para uns, as adaptações “denigrem” o projeto original modernista, pautado principalmente na lógica da racionalidade. Para outros, como Giulio Carlo Argan, em “Arquitetura Moderna no Brasil”, é nessa adaptação que reside a principal contribuição da arquitetura moderna brasileira. A este respeito, Argan lança mão de um comparativo com o que ocorreu acerca dos desdobramentos da arquitetura clássica – entre os gregos e os romanos – para ressaltar a importância destes desdobramentos para a própria continuidade da arquitetura:

Parece-nos, porém, mais adequado o exemplo da arquitetura romana, que decerto deduz muitas de suas formas da arquitetura grega e todavia distancia-se da sua pura, metafísica proporcionalidade para exprimir ou manifestar, por meio de uma monumentalidade mais grave e maciça, a autoridade e a estabilidade das instituições civis (XAVIER et al, 2003, p. 170).

Se é certo que a noção de nacional não é apenas o somatório de fenômenos e realizações locais e regionais (inclusive porque há, claro, ações de alcance e pretensões nacionais, independente da qualidade, singularidade e ou monumentalidade das obras), a discussão e as possibilidades de uso do termo passam necessariamente pelo reconhecimento dessa diversidade de contextos geográficos e sociais.

A construção do HIRM, afirma-se mais uma vez, se insere num desses movimentos nacionais de modernização e fomento ao desenvolvimento das diversas regiões que compõem o Brasil. É expressão material de um momento importante, que se explica,



claro, em termos locais, municipais e estaduais, mas também e principalmente, na lógica de estruturação do território e de uma logística de escala nacional.

[seção 3] O tombamento e a gestão do patrimônio

O entendimento do tombamento enquanto congelamento é algo ultrapassado e que precisamos superar na prática diária da preservação do patrimônio cultural. Na realidade, o instrumento do tombamento delimita os valores essenciais que devem ser os norteadores do tipo de intervenção que pode ser realizada no bem reconhecido como detentor de valor patrimonial. Para a arquitetura, estes valores devem ressaltar os aspectos plásticos e espaciais que são essenciais à compreensão do mesmo e que, certamente, são parte importante dos motivos para o seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural. Portanto, além de ações e projetos de restauro, o bem tombado é passível de atualização e reforma, admitindo acréscimos, anexos, alterações, se necessários.

Podemos citar, por exemplo, a incorporação do elevador metálico, na Caixa d'água de Olinda, edifício modernista tombado pelo IPHAN e a proposta de adaptação realizada em edifícios modernista e neoclássico, para abrigar o Museu de Artes do Rio de Janeiro (MAR).

Para viabilizar a gestão de um bem patrimonial a questão do uso é central, portanto, intervenções precisam ser consideradas no sentido de atualização de usos e incorporação do bem na dinâmica urbana contemporânea. Ao ser tombado, o que muda nessa equação é que o bem terá um norteador para as intervenções que podem ou não ser realizadas a partir dos valores identificados no referido bem. O HIRM, como exemplar representativo da produção modernista brasileira, carrega consigo características espaciais e construtivas que podem, inclusive, tornarem-se aliadas desse



necessário processo de atualização: uma estrutura construtiva e espacial flexível que permite inclusive adaptações para novos usos e funções.

O caso específico da Caixa d'Água de Olinda é significativo, pois não se trata apenas da restauração do edifício mas de uma intervenção mais ampla que contará com a inserção de dois novos volumes: um elevador panorâmico e um bloco de sanitários. Entretanto, as adequações que foram feitas pelos arquitetos responsáveis para obter a aprovação do projeto, demonstram, desde o início, uma apropriação grande por parte dos responsáveis dos valores essenciais do edifício moderno bem como dos princípios basilares para a restauração e inserção das novas estruturas no projeto. A intervenção consegue aliar a inserção de novos elementos e de um novo uso à permanência de características essenciais ao edifício moderno (MARQUES e NASLAVSKY, 2014). O projeto em questão tem a grande qualidade de reinserir a Caixa D'água na atual dinâmica do sítio histórico de Olinda, ressignificando-a e incorporando-a ao uso cotidiano, tornando-a muito mais do que um elemento de infraestrutura urbana.

Os debates contemporâneos em torno da conservação reforçam a necessidade de que as questões relacionadas ao reconhecimento e ações de preservação do patrimônio saiam da esfera dos “experts/profissionais”, ultrapassando, assim, uma leitura “exclusivamente técnica” e envolvendo um número mais representativo de segmentos da sociedade. Por este motivo, ações de aproximação e apropriação de exemplares modernistas por parte da população em geral são fundamentais, como vimos no caso da Caixa d'Água de Olinda.

No caso do processo relativo ao HIRM, a articulação entre vários segmentos da sociedade, incluindo aí o papel decisivo das Associações de Bairro, tem buscado construir um processo mais amplo acerca dos rumos do desenvolvimento urbano a partir da possível reforma e requalificação do HIRM. Nesse sentido, chamamos atenção para a necessidade premente de se discutir a destinação deste bem. Obviamente, a estrutura do HIRM se encontra bastante deteriorada, em razão do abandono e incúria do grupo



proprietário por décadas e da inação do poder público municipal em fazer valer os instrumentos urbanísticos. Contudo, a estrutura é passível de recuperação, sim, como se depreende dos documentos disponibilizados.

O parecer do IPHAN que defende o arquivamento do processo de tombamento do HIRM apresenta as preocupações para com a gestão do bem como argumentos para esta decisão:

Tendo em vista a necessidade de gestão mediata do imóvel após o tombamento e, diante do mal estado de conservação do HIRM devido ao seu abandono desde 2002 e, ainda, pelo fato de se tratar de prédio de grandes dimensões, com cinco pavimentos e volumes anexos, recuos frontais e de fundos, setorizados, respectivamente com atividades de entretenimento e serviço/estacionamento, caberia a SR-RN apresentar diretrizes de gestão mais claras, inclusive com articulações prévias com representantes do Estado e do município, e mesmo com o proprietário do imóvel, a respeito das responsabilidades de cada ente sobre a gestão do bem. A pressão modernizante sempre atuou sobre os meios urbanos, no entanto, o IPHAN não pode agir de forma isolada na proteção e conservação do património cultural das cidades. Cada vez mais se impõe a necessidade de atuação conjunta com os poderes públicos da esfera estadual, municipal e com grupos representativos da sociedade. E essa responsabilidade conjunta que toma profícua as ações de preservação (Despacho IPHAN, Fev. 2017).

Os aspectos levantados no despacho são relevantes para a compreensão dos desafios que temos a frente para o enfrentamento da preservação do HIRM, mas não podem se converter em justificativa para o não reconhecimento enquanto patrimônio nacional.

[Uma Nota Final]

Entendendo que os pontos apresentados e discutidos nas “seções”, reforçando que estes são fundamentais para o entendimento do HIRM como bem representativo no âmbito da produção da arquitetura modernista brasileira e reforçando a necessidade de se discutir os desafios de sua preservação a partir do contexto - social, econômico e cultural - que este está inserido, consideramos que devemos contribuir para construir um debate que seja profícuo e contribua para a preservação deste patrimônio.



Figura 3: Estado de degradação do HIRM avançando.
Fonte: Monique Maia, março de 2018.





Figura 4: Estado de degradação do HIRM avançando.
Fonte: Monique Maia, março de 2018.



Figura 5: Estado de degradação do HIRM avançando.
Fonte: Monique Maia, março de 2018.

Referências

ASSIS, Flávia L. C. de; FERREIRA, Raissa C. S. Hotel Internacional Reis Magos: estudo de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade para a preservação do patrimônio histórico modernista em Natal/RN. In **11º Seminário Nacional do DOCOMOMO Brasil**. Anais...[eletrônico]. Recife: DOCOMOMO_BR, 2016.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P. **Patrimônio público, gestão do território e direito ao meio ambiente: Os bens da União e dos Estados na implantação hoteleira e turística no litoral leste do Rio Grande do Norte (1930-1990)**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P.; VELOSO, Maísa. Do grande hotel aos palaces & resorts: os empreendimentos hoteleiros na transformação da estrutura e da paisagem urbanas de Natal/RN (1940-2000). In: **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 7, n. 1, 2002, Salvador**. Anais. Salvador: UFBA, 2002.



DANTAS, George F.; NASCIMENTO, J. Clewton; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. O cavalo de batalha moderno: [r]existências, debates e possibilidades em torno do caso do hotel internacional Reis Magos.. **Revista CPC (USP)**, v. jul/de, p. 37-69, 2016.

DANTAS, George F.; NASCIMENTO, J. Clewton; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Modernos, Antigos e Atrasados: a questão do valor patrimonial e a querela do Hotel Reis Magos (Natal-RN). In: **Anais do 11 Seminário DOCOMOMO BRASIL - O campo ampliado do Movimento Moderno**. RECIFE: MDU-UFPE, 2016b.

COSTA, Andrea V. F.; CRUZ, Luana H.; PINHEIRO, Maria Gécica R. As contribuições da pesquisa histórica para a preservação do patrimônio edificado: o caso do Hotel Internacional Reis Magos. Natal/RN. In **11º Seminário Nacional do DOCOMOMO Brasil**. Anais... [eletrônico]. Recife: DOCOMOMO BR, 2016.

DEPAM/IPHAN. Memorando nº 117/2017 - DEPAM, datado de 21/02/2017. **Processo nº 1689-T-2014, relativo ao tombamento do Hotel Reis Magos, situado na Praia do Meio, Natal/RN**. Documento assinado por Celma de Souza Pinto.

GALINDO, Vinícius. Hotel Reis Magos: descascando o debate superficial do patrimônio cultural. **Minha Cidade**, ano 15, n. 176.06, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5469>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

IPHAN/RN. **Estudo para o Tombamento do Hotel Internacional Reis Magos – Natal/RN**. Natal, 2017.

MAIA, Monique Graziella de Medeiros Ribeiro. **Hotel Internacional dos Reis Magos: Quais os obstáculos à sua Conservação?** Dissertação de Mestrado defendida no PPGAU-UFPB. João Pessoa: PPGAU-UFPB, 2018.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY, Guilah. Open Plan: The unbearable lightness of *cobogó*. In: **Proceedings of 12th DOCOMOMO Internacional Conference: The survival of modern**. Thematic Session: Preserving Infrastructure and Equipment. p. 123-130. Finland: 2012.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. “Hay algo de irracional...”. **Block**, Buenos Aires, n. 4, p. 8-22, dic. 1999.

MINDLIN, Henrique E. **Modern Architecture in Brazil**. Rio de Janeiro, Amsterdam: Colibris Editora, 1956.

OLIVEIRA, Emanuelle; LIBERALINO, Cíntia. Cartão postal às avessas: Hotel Reis Magos, o retrato do abandono. Análise da percepção ambiental do Hotel Internacional dos Reis Magos pela população de Natal/RN a partir de depoimentos nas redes sociais.



III ENANPARQ – Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. Anais..., São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Fabiano L. Siegfried Giedion e o caso brasileiro: uma aproximação historiográfica. **6º Encontro DOCOMOMO Brasil**, Anais..., Niterói, 2005, 19 p.

PAIVA, Ricardo. **Tropical Hotel Santarém, de Arnaldo Furquim Paoliello: Uma “pérola” moderna na Amazônia.** Vitruvius, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.175/5378>>. Acesso em: 22 junho 2018.

NASCIMENTO, J. Clewton; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; NOBRE, Paulo. J. Lisboa . O Hotel Internacional Reis Magos e a (Des)Construção da Paisagem da Praia do Meio em Natal-RN. In: **Anais do 4o Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas.** Belo Horizonte: IEDS/FAU UFMG, 2016.

TRIGUEIRO, Edja; DANTAS, George; NASCIMENTO, José Clewton do; LIMA, Luiza; PEREIRA, Marizo V.; VELOSO, Máisa; VIEIRA, Natália M. O Hotel Internacional Reis Magos e sua importância histórica, simbólica e arquitetônica. Natal, s.n., 2014. [parecer técnico entregue ao Ministério Público Estadual-RN]

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; DANTAS, George A. F. Conservacionistas, modernistas e sociedade: acordos necessários à efetiva conservação do patrimônio moderno. In: **Anais do II ENANPARQ - Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas.** Natal: Editora da UFRN, 2012.

<http://www.lugaresesquecidos.com.br/2014/02/hotel-internacional-dos-reis-magos.html>. Acesso realizado em 22 de junho de 2018.

<https://imagensamadasdotcom.files.wordpress.com/2015/06/3.jpg>. Acesso realizado em 22 de junho de 2018.

<http://ignacioneto.blogspot.com/2015/04/tropical-hotel-santarem-de-arnaldo.html>. Acesso realizado em 22 de junho de 2018.